

CÂMARA DOS DEPUTADOS

LIDERANÇA DO PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO – PSB

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº

(Do Sr. Dep. Alessandro Molon)

Requer do Excelentíssimo Senhor Ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, informações sobre a aquisição e operacionalização do sistema SipamSAR.

Senhor Presidente da Câmara dos Deputados

Deputado Federal Rodrigo Maia,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados requero seja encaminhado ao Senhor Ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, requerimento de informação sobre a aquisição e operacionalização do sistema SipamSAR, especialmente sobre o seguinte:

- 1) Em que se baseia a decisão do Ministério da Defesa em adquirir por R\$ 145 milhões o sistema satelitário (SipamSAR)? Quais estudos foram feitos? Qual autoria e origem destes estudos?
- 2) Por qual motivo o SipamSAR será adquirido e operacionalizado pelo Censipam (Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia), em detrimento do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais)?
- 3) O Ministério da Defesa informou que o novo sistema irá complementar o trabalho do Deter (sistema usado pelo INPE). Levando em consideração a experiência de décadas dos servidores do INPE em analisar dados, e que a aquisição é para complementação do Deter, não seria mais lógico que a operacionalização do SipamSAR ficasse sob responsabilidade do INPE? Os servidores do INPE não possuem condições para operar o novo sistema?

4) Levando em consideração que o SipamSAR, e o uso para o qual está sendo adquirido, tem natureza tecnológica espacial e ambiental, por que o Ministério da Defesa está assumindo o protagonismo na sua aquisição e operacionalização, ao invés dos ministérios com maior afinidade temática? Não seria mais coerente que o gerenciamento fosse realizado por servidores com maior aptidão sobre as duas matérias?

5) A nota de empenho do novo investimento, datada de 30 de junho, diz que a aquisição dos satélites ocorrerá sem licitação. A informação procede? Quais os critérios para a escolha do fornecedor? A compra do novo sistema não é passível de processo licitatório? Se for, qual a modalidade está intencionada?

6) Em nota, o Ministério da Defesa informa que os recursos para a compra do novo sistema (SipamSAR) são oriundos da Operação Lava Jato. Qual origem, procedimento e motivação para a decisão de uso destes recursos?

7) De acordo com o cientista Gilberto Câmara, diretor do INPE de 2005 a 2012 e atual diretor do GEO (em português, Grupo de Observação da Terra), os dados atualmente produzidos pelo INPE são mais do que suficientes para o Brasil ter boas campanhas de operações de cumprimento da lei, contra o desmatamento e as queimadas ilegais. Não seria mais pragmático, que os recursos fossem direcionados para a efetivação da fiscalização e da repressão aos crimes ambientais, levando em consideração que os fatos revelam que o Estado não consegue sequer reprimir o que já está apontado pelos dados que temos?

8) Os especialistas apontam que o satélite-radar, peculiar ao SipamSAR, oferta muita dificuldade na interpretação das imagens. Quem seriam os profissionais responsáveis para fazer este trabalho? Do INPE ou do Ministério da Defesa?

9) De acordo com nota publicada em sítio oficial do Governo¹ o satélite está provido com a Banda S. Segundo especialistas este aparelho emite pulso não compatível com a necessidade, cujo pulso é muito fraco. Qual a banda ocorrerá a transmissão? É suficiente para a demanda?

Justificativa

É imprescindível que a Câmara do Deputados obtenha as informações necessárias sobre a grave situação ambiental que o país vem enfrentando, sobretudo em relação às queimadas e desmatamentos. O obscurantismo e as políticas públicas desastrosas deste governo, em relação ao meio ambiente, vêm trazendo inúmeros prejuízos ao país.

1 <http://www.sipam.gov.br/materias-publicadas-2019/sensoriamento-remoto/sobre-o-sipamsar>



Dentre as tantas medidas levianas, que colocam em risco não só o povo brasileiro, mas todo o Globo, tendo em vista a transnacionalidade da preocupação ambiental, o desmonte² do INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - vem ganhando especial relevo.

A decisão de aparelhar o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), vinculado ao Ministério da Defesa, com a aquisição do SipamSAR, em detrimento do INPE, vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, é denunciada, por muitos especialistas, como uma forma do Governo Federal manipular informações acerca da real situação dos crimes ambientais cometidos³.

Não faz sentido que um sistema para verificar fatos ambientais, através de tecnologia espacial fique a cargo do Ministério da Defesa, em detrimento do instituto que funciona há décadas tratando deste tema e que, ao contrário do que alguns tentem fazer acreditar, tem reconhecimento internacional.

Especialistas denunciam o desperdício da compra do SipamSAR, sobre cujo valor de R\$ 145 milhões recai a observação de eventualmente não ser submetido por um processo licitatório. Outro tema relevante é a origem dos recursos para o investimento, obtidos na Operação Lava Jato.

Isto posto, a Câmara dos Deputados não pode ficar alheia a este acontecimento, razão pela qual encaminhamos o presente requerimento no sentido de que sejam prestadas à Casa e à população brasileira informações acerca da aquisição e operacionalização do Sistema (SipamSAR).

2 <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/07/em-carta-tecnicos-do-inpe-denunciam-estrutura-paralela-de-gestao-e-citam-riscos.shtml>

3 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/07/13/apos-recorde-de-alerta-de-desmatamentos-na-amazonia-governo-exonera-coordenadora-do-inpe.ghtml>



Sala das Sessões, em 24 de agosto de 2020.

Deputado Federal ALESSANDRO MOLON

Líder do PSB

Documento eletrônico assinado por Alessandro Molon (PSB/RJ), através do ponto SDR_56287,
na forma do art. 102, § 1º, do RICD c/c o art. 2º, do Ato
da Mesa n. 80 de 2016.

